

**SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO E ACONSELHAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL:  
REFLEXÕES PARA A POLÍTICA PÚBLICA****Ana Luiza Machado de Codes**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental; e coordenadora-geral da área de educação na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

*E-mail:* <ana.codes@ipea.gov.br>.**Herton Ellery Araújo**

Diretor-adjunto e técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

*E-mail:* <herton.araujo@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2811>

Mudanças nos contextos educacionais recentes deixaram muitos alunos “sem chão”.

Às tecnologias de comunicação e informação que estimularam modalidades de ensino mais individualizadas, híbridas ou remotas, somou-se a fragilização socioemocional daqueles que tiveram suas vidas afetadas pela pandemia. Frente a tal situação, como apoiar os estudantes para que sigam com sucesso em seus processos de escolarização?

A estruturação de programas de aconselhamento escolar é uma trajetória que, em diversos países, vem respondendo a esse desafio. São oferecidos serviços de acompanhamento a todos os estudantes, mediante a atuação de profissionais formados para auxiliá-los em seus desempenhos acadêmicos, desenvolvimentos cognitivos, comportamentos, disciplinas, habilidades interpessoais, planos e opções de ensino superior ou carreira, além de outros aspectos da vida.

O acompanhamento ao estudante, sob esses moldes, é uma novidade no Brasil. Até então, em nosso país, a função tem sido desempenhada por pedagogos com habilitação em orientação educacional, que atendem aqueles em situações de mais fragilidade ou necessidade. Considerada ancilar, nem todas as escolas contam com a presença desse profissional em suas equipes.

A mudança de perspectiva aqui apresentada é que esses serviços passem a assumir uma posição central nos nossos processos escolares. Para tanto, tornam-se necessárias estruturas de atendimento, maior número de profissionais especializados e uma cultura de valorização e reconhecimento social da importância do

aconselhamento escolar. A envergadura do empreendimento o coloca como ponto de pauta para a política pública, em que caberia à União o papel de indutor e condutor de interações e esforços a serem despendidos nessa direção pelas distintas esferas de governo.

Este texto, portanto, apresenta alguns elementos para iniciar essa discussão em nosso país. Para informar e estimular as reflexões, este estudo referencia-se em pesquisas bibliográficas sobre o tema e em experiências recentes de desenvolvimento e implantação de programas de aconselhamento escolar nos sistemas educacionais de diferentes países.

Certamente, não se trata de replicar modelos internacionais – ainda que muito se possa aprender a partir dos conhecimentos existentes sobre como desenvolver e implantar tais programas –, mas de buscar um caminho apropriado à nossa realidade. Na discussão, destacam-se as questões a respeito da preparação e do exercício dos conselheiros; do fortalecimento dos laços colaborativos com as famílias; e do desenvolvimento de uma cultura de reconhecimento e valorização da profissão nas escolas e no país.

Além de iniciativas empreendidas nessa direção, vislumbra-se a necessidade de estudos e pesquisas sobre o tema, ainda escassos no Brasil. Com isso, espera-se poder contribuir para a superação dos desafios atualmente apresentados aos estudantes: que, em vez de se sentirem “sem chão”, haja novas redes de apoio, impulsionando-os a grandes alçadas de voo.